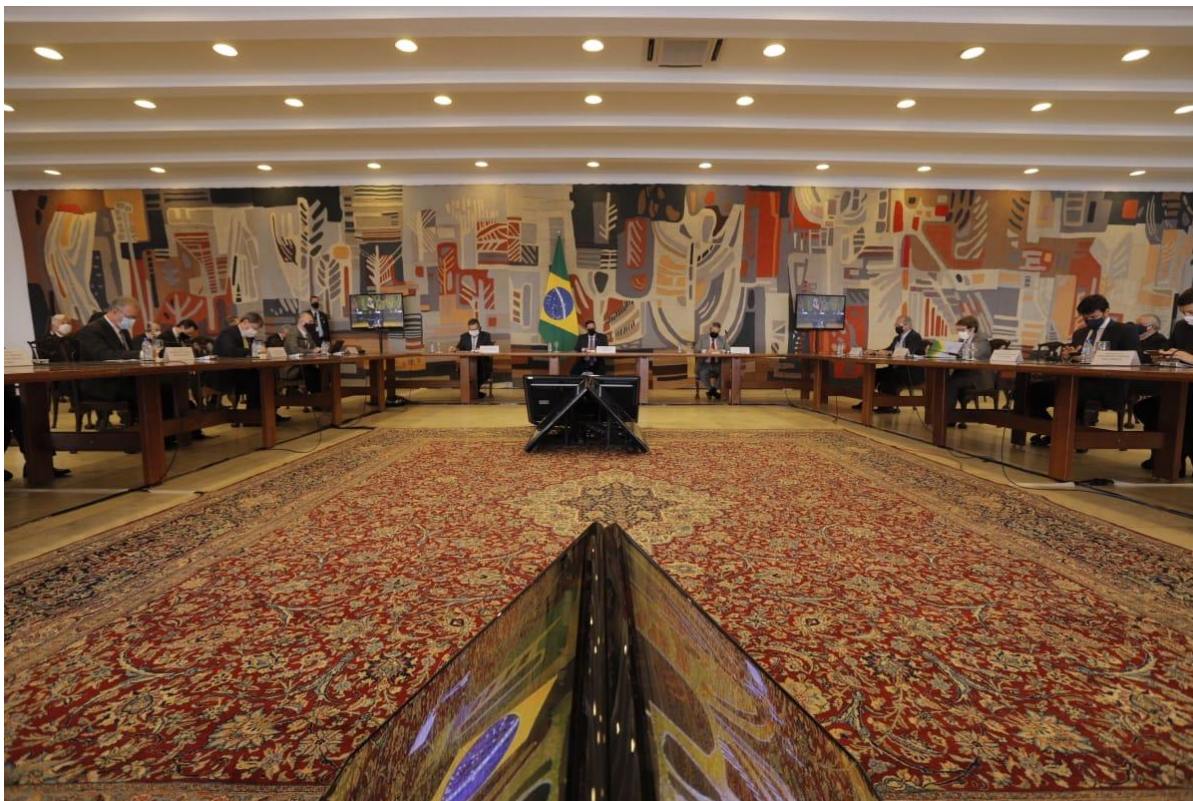


**Discurso do senhor Vice-Presidente da República
por ocasião da abertura da
2ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal.
Brasília, 15 de julho de 2020**



Senhoras e senhores Ministros de Estado do Conselho Nacional da Amazônia Legal,

Senhoras e senhores,

Completamos esta semana cinco meses da assinatura do Decreto que reestabeleceu o Conselho Nacional da Amazônia Legal. A variedade de ações colocadas em curso nesse período, o interesse que se despertou no Brasil e no exterior e a densidade da pauta da reunião de hoje confirmam a avaliação do Presidente Jair Bolsonaro sobre a necessidade de lançar uma **nova política de Estado** para a Amazônia.

O Presidente reestabeleceu o Conselho com o **objetivo** de integrar e coordenar as ações governamentais. Trata-se do resgate de **uma visão de longo alcance** para a superação dos desafios da Amazônia, tendo como **prioridade imediata** o combate ao desmatamento ilegal e às queimadas.

O diagnóstico dos problemas é conhecido. Precisamos atacar as **causas do desmatamento ilegal** de modo a permitir que a liberdade econômica possa prosperar em território amazônico no marco do Estado de Direito e em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

A **sustentabilidade** tornou-se elemento essencial do pacto geracional no século XXI. Esse compromisso global mostra-se ainda mais urgente para o Brasil.

Somos uma **potência agrícola** que fornece segurança alimentar para mais de um bilhão de pessoas mundo afora. As credenciais ambientais são exigidas por empresas e consumidores que confiam na qualidade dos produtos brasileiros.

Infelizmente, grande parte do mundo olha para nosso País somente através de uma janela estreita e por vezes distorcida que se abre sobre o desmatamento ilegal e as queimadas na Amazônia. Não negamos nem escondemos informação sobre a **gravidade da situação**, mas também não aceitamos narrativas simplistas e enviesadas.

Precisamos apresentar ao mundo a **complexidade ambiental e humana** dessa região e trabalhar com todos que tenham genuíno interesse na preservação da floresta e em seu desenvolvimento sustentável, com segurança, justiça e oportunidades para todos aqueles milhões de brasileiros que ali vivem.

O Ministro Paulo Guedes foi duramente criticado quando associou a **pobreza à degradação ambiental** na Amazônia, mas como é possível(?) engajar a população local na preservação da floresta quando não se apresentam oportunidades econômicas lícitas e duradouras que assegurem seu sustento?

O Conselho da Amazônia está trabalhando com diversos parceiros nacionais e estrangeiros, em coordenação com as respectivas Pastas dirigidas pelas senhoras e senhores Ministros, para **dar respostas** a esses desafios e executar as **medidas que são urgentes**, ao mesmo tempo em que estrutura seu planejamento estratégico.

Senhoras e senhores Ministros,

Seremos avaliados pela eficácia de nossas ações, não pela nobreza das nossas intenções. Por isso, respondemos com **trabalho, transparência e resultados**.

Os dados do INPE não deixam dúvidas sobre a **retomada do desmatamento** a partir de 2012, com elevação acentuada no último ano.

O **desmatamento ilegal** é a **face mais predatória** de uma dinâmica desregulada de ocupação e exploração do território. Um sistema que se formou ao longo de últimas décadas em meio à **impunidade, à pobreza e ao oportunismo**.

As conhecidas **carências do Brasil no plano socioeconômico** são potencializadas, na imensidão do território amazônico, pela deficiência logística, pela limitada presença do Estado e, sobretudo, pela baixa integração com o restante do País.

É preciso reconhecer as **razões do fracasso** de abordagens anteriores para que possamos construir **alternativas viáveis**, ao invés de apenas enfrentar as consequências ambientais da degradação do Bioma amazônico.

Como se não bastasse o prejuízo ao patrimônio natural brasileiro, os crimes ambientais deixam nosso País vulnerável a **campanhas difamatórias**, abrindo caminho para que **interesses protecionistas** levanten **barreiras comerciais** injustificáveis contra as exportações do agronegócio.

Cada vez mais, as empresas brasileiras serão cobradas a apresentar as melhores credenciais ambientais, sociais e de governança.

As repercussões da imagem ambiental afetam os mais diferentes setores da economia do País e podem **comprometer sua capacidade de atrair investimentos**. Por isso, nossa resposta mobiliza o conjunto do Governo e coordena medidas junto aos demais níveis da Federação e Poderes da República.

Reverter a trajetória de crescimento do desmatamento não será suficiente. Precisamos regulamentar, monitorar e fiscalizar de maneira mais racional e efetiva a **ocupação e o uso do território amazônico**. Somente assim será possível propiciar **o ambiente de negócios** e atrair os investimentos necessários para a disseminação de alternativas de emprego e renda em atividades ambientalmente sustentáveis, no que se convencionou chamar de Bioeconomia.

Os criminosos não respeitam quarentena. O avanço da COVID-19 pelo território brasileiro impôs **desafios e restrições inesperados** para a ampliação das ações de comando e controle determinadas pelo Conselho.

Em 11 de maio, o Governo federal **deflagrou a Operação Verde Brasil 2** para combater o desmatamento, as queimadas e o garimpo ilegal, autorizando o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem.

A Operação oferece suporte logístico e segurança para que as agências de fiscalização ambiental **aumentem sua capacidade de atuação** na Amazônia.

A operação é uma medida urgente, mas **não é um esforço isolado**. Temos o planejamento para manter a GLO, se necessário, até o final do atual mandato presidencial, em 31 de dezembro de 2022.

As **ações estão sendo ampliadas** para evitar as queimadas durante o verão amazônico, que já começou e se estende até setembro.

Nos próximos dias, o Governo deverá decretar a **moratória do uso do fogo** na Amazônia por 120 dias. A queimada é uma prática comum de preparação da terra agricultável na região, mas ficará suspensa nesse período, inclusive em áreas de desmatamento legal. As forças de segurança atuarão diligentemente para garantir a eficácia dessa medida.

Com o acúmulo de multas, prisões e equipamentos confiscados, as operações passarão a ter maior **efeito dissuasório**, reduzindo a disposição dos criminosos em destinar recursos aos delitos ambientais.

A manutenção das **medidas de comando e controle** permitirá o combate das fases iniciais do desmatamento, a chamada “broca do sub-bosque”, que consiste na retirada da vegetação mais baixa durante os meses de janeiro e fevereiro.

As ações tornam-se cada dia mais eficazes graças ao trabalho de **integração dos sistemas** de informação entre CENSIPAM, IBAMA, INPE, ABIN, ICMBio, INCRA, Polícia Federal, FUNAI, entre outros. Os **instrumentos de inteligência** estão sendo empregados, inclusive, para o **rastreamento das operações financeiras** relacionadas aos crimes ambientais.

Precisaremos **fortalecer a estrutura de fiscalização ambiental** de modo que as agências responsáveis por essas tarefas possam cumprir sua missão e dispensar o apoio permanente das Forças Armadas.

O Brasil conta com uma **legislação ambiental rigorosa e moderna**, uma matriz energética limpa e eficiente, além de uma agricultura sustentável e competitiva.

Não podemos permitir que nosso País seja retratado como vilão ambiental.

A preservação e o desenvolvimento são **objetivos complementares** para uma potência agroambiental como o Brasil.

A trajetória recente demonstra que as abordagens centradas unicamente na repressão aos crimes ambientais são **onerosas e pouco eficientes** no longo prazo. Ao final de sete anos de restrições fiscais, o IBAMA e demais agências ambientais viram seu quadro de agentes de fiscalização diminuir e o desmatamento crescer.

Os enfoques precedentes centraram-se excessivamente na repressão do desmatamento e na parceria com ONGs para gerenciar a conservação da floresta. Negligenciaram o potencial da comunidade empresarial, proprietários rurais, empreendedores locais, investidores e outros atores privados. Quando os recursos públicos escassearam, a partir de 2012, oportunistas e criminosos que atuam na selva amazônica perceberam a chance para ampliar suas atividades.

Precisamos **integrar a Amazônia** à economia brasileira e mundial e permitir o sustento digno das famílias e das pessoas de bem que escolheram aquela terra para viver e desenvolver suas vocações. Muitos desses brasileiros dependem hoje de um modelo extrativista predatório ou do assistencialismo do Estado.

Existem empresários e associações privadas interessados em **explorar as riquezas florestais amazônicas de maneira sustentável**. Para isso, necessitam das garantias do Estado de Direito, com um marco regulatório racional e acesso à justiça para todos.

Aos **povos indígenas** precisamos assegurar **proteção, inclusão e respeito**. Proteção para aqueles que desejem permanecer aldeados. Inclusão para aqueles que desejem aprofundar sua integração ao restante da sociedade brasileira. E respeito pela escolha de cada pessoa, tribo ou etnia.

O governo acredita no fomento de **alternativas econômicas** que mobilizem os atores privados por meio de mecanismos de mercado e de oportunidades econômicas sustentáveis.

Alguns **programas já estão em andamento** para pagamento por serviços ambientais, agricultura de baixo carbono, mercado de títulos verdes, entre outros.

Podemos mencionar, entre as iniciativas, o **projeto Floresta+ assinado pelo Ministério do Meio Ambiente** ainda em janeiro e recentemente reforçado com o Plano de Controle do Desmatamento Ilegal. Os **500 milhões** de reais obtidos junto ao Fundo Verde para o Clima serão utilizados para remunerar atividades que melhorem, conservem e recuperem a vegetação nativa.

A política de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (**Plano ABC**) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é outro exemplo que alia conservação, redução de emissões e resultado econômico. São várias tecnologias, com destaque para a recuperação de pastagens degradadas e sistemas integrados de produção e manejo.

Apenas um pequeno percentual dos produtores – 1% de acordo com estudo do Mapbiomas – usa o rebanho para abrir ilegalmente novas áreas. Mas é esse comportamento irresponsável e ilegal de uma minoria que denigre a imagem do conjunto da nossa exportação.

Com o marco regulatório adequado e investimentos em infraestrutura, ciência e capital humano, podemos mudar esse panorama.

A bioeconomia surge como caminho para que a Amazônia ingresse na era da **economia do conhecimento**. Para torna-la realidade, precisaremos investir em **pesquisa, desenvolvimento e inovações** de modo a formar capital humano e desenvolver tecnologias voltados para a biodiversidade amazônica. As populações originais e seus conhecimentos tradicionais serão os melhores guias para os pesquisadores. Ao ampliar o acesso, o conhecimento e o aproveitamento econômico sobre o patrimônio genético amazônico, combateremos a biopirataria, abriremos novas oportunidades e asseguraremos a repartição justa dos benefícios.

Para alavancar esse **potencial**, não basta reprimir o desmatamento ilegal. Será preciso avançar na política de regulamentação fundiária, ordenamento territorial, zoneamento econômico-ecológico, fiscalização ambiental, somados à melhoria no ambiente de negócios e ao investimento sustentável.

Somente uma ampla **aliança público-privada**, que alinhe ações de governos, empresas e investidores, poderá destravar os **benefícios** do pagamento por serviços ambientais, da agricultura sustentável, dos investimentos verdes e de diversas outras iniciativas, tais como ecoturismo, a piscicultura, silvicultura, e o manejo florestal sustentável.

Com essa visão, o Conselho da Amazônia está empenhado em propiciar o ambiente para a construção de um **verdadeiro pacto nacional** para o futuro sustentável da Amazônia.

Senhoras e senhores,

Trabalhamos com **transparência** em busca dos melhores resultados para a Amazônia.

Em todas as visitas que realizei aos estados da Amazônia Legal, mantive diálogo constante com diversos agentes públicos e privados, e concedi também diversas **entrevistas** à imprensa.

Nos últimos meses, tenho me reunido, por videoconferência, com **empresários** locais, nacionais e estrangeiros. Nessas ocasiões, recebemos com satisfação manifestações de apoio e disposição das empresas para contribuir com o trabalho do Conselho.

Com **acadêmicos e especialistas**, discutimos os métodos e resultados da Operação Verde Brasil 2 com vistas ao aprimoramento contínuo de suas ações.

O **Estado será apenas o facilitador** de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Os empreendedores são os verdadeiros protagonistas.

Os **governadores** de cada um dos nove estados da Amazônia Legal são mais que parceiros do Conselho da Amazônia, são verdadeiros **sócios** nessa empreitada. Nossas interações têm sido construtivas, regulares e muito produtivas. Tenho, da mesma forma, mantido contatos frequentes com **parlamentares e prefeitos**, que também estão dispostos a trabalhar conosco.

O caráter federativo de nossa **constituição como Estado soberano** exige que as políticas públicas tenham a necessária verticalidade para que alcancem todos os brasileiros, sem distinção. Somente por meio da soma de esforços entre União, Estados e Municípios será possível tornar realidade essa visão de um futuro de bem estar e prosperidade para a região amazônica.

Da mesma forma, nosso **Congresso constitui-se no espaço democrático** do mais amplo debate para a construção de consensos que resultem em segurança normativa para todos. Nossos representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal compartilham da mesma preocupação em preservar e desenvolver o patrimônio natural e humano da Amazônia.

Posso dizer o mesmo das autoridades estrangeiras com quem me entrevistei desde a criação do Conselho da Amazônia.

No campo internacional, estamos fortalecendo a **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica** e retomamos as negociações para reativação do **Fundo Amazônia**, enquanto também exploramos outras oportunidades de financiamento internacional.

Governos estrangeiros e organizações internacionais têm manifestado disposição para cooperar conosco em benefício da Amazônia. A pandemia da COVID-19, contudo, nos apresentou um sistema internacional desarticulado para enfrentar crises globais e que precisa urgentemente ser reformado. A título de exemplo, a **Organização das Nações Unidas**, que este ano celebra 75 anos, pode ser aperfeiçoada em seus múltiplos campos de atuação como foro de apresentação de propostas construtivas e não apenas para discussão e crítica.

Nossa diplomacia sempre nos permitiu manter **diálogo com as mais variadas posições políticas e ideológicas**, sempre norteados pelo **interesse nacional**. Não será diferente na questão ambiental e no desenvolvimento da nossa Amazônia.

Senhoras e senhores,

Gostaria de lembrá-los que temos um **Presidente da República** apaixonado pela Amazônia e com plena consciência de que, para reerguer o Brasil, precisamos enfrentar o desafio da preservação, da proteção e do desenvolvimento sustentável da nossa floresta.

A **sociedade brasileira** partilha desse sentimento e cada um dos membros do Conselho tem consciência da responsabilidade e do compromisso que nos une nessa missão.

Muito obrigado.